



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Requerente: José Henrique Manoel da Cunha  
Requerido: Justiça Pública  
Procurador (a): Maria Helena da Fonte  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Órgão Julgador: Seção Criminal

EMENTA: REVISÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO SEGUIDO DE LESÃO CORPORAL AGRAVADO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSO QUE TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA (ART. 157, § 3º, C/C ART. 61, INCISO II, ALÍNEA "C", AMBOS DO CÓDIGO PENAL). PLEITO DE ANULAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA COM FUNDAMENTO NA CONTRARIEDADE À EVIDÊNCIA DOS AUTOS E NA COMPROVADA FALSIDADE DE PROVA QUE LHE DEU SUBSTRATO (ART. 621, INCISOS I E II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). NÃO-ACOLHIMENTO. VERDADEIRA PRETENSÃO DE RENÁLISE DA PROVA PRODUZIDA NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. NÃO-CONFIGURAÇÃO, *IN CONCRETO*, DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO APONTADAS. SENTENÇA PROLATADA EM CONSONÂNCIA COM A PROVA PRODUZIDA SOB O CONTRADITÓRIO JUDICIAL E LIVREMENTE APRECIADA. NÃO COMPROVAÇÃO DA ALEGATIVA DE FALSIDADE DA PROVA QUE EMBASOU A SENTENÇA. PLEITO REVISIONAL JULGADO IMPROCEDENTE, À UNANIMIDADE.

1. Apesar de aludir, em tese, a duas hipóteses de cabimento da Revisão Criminal, elencadas no art. 621, incisos I e II (a contrariedade da sentença à evidência dos autos e a comprovada falsidade da prova que a embasou), busca o Requerente, em verdade, a reaprecação dos fatos e provas já devidamente analisados nos autos da ação penal originária, pleito este incabível no aludido remédio excepcional.
2. Outrossim, nenhuma das hipóteses de cabimento apontadas pelo requerente restou verificada, *in concreto*, nestes autos.
3. Quanto à alegação de contrariedade da sentença à evidência dos autos, conclui-se que, além de pretender o Requerente rediscutir o valor das provas produzidas na ação penal originária, o decreto condenatório restou ampla e devidamente fundamentado nos elementos probatórios produzidos sob o contraditório judicial e livremente valorados pelo órgão julgador, em especial, os depoimentos prestados pela vítima.
4. No tocante à alegação de comprovada falsidade da prova que embasou a sentença, *in casu*, o depoimento da vítima, é forçoso reconhecer que o Requerente pretende, efetivamente, rediscutir a prova já apreciada na ação penal ensejadora deste pleito, bem assim que a referida hipótese não se verificou *in concreto*, eis que aquele deixou de apresentar qualquer elemento hábil a comprovar a apontada falsidade.



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

5. Revisão Criminal julgada improcedente, à unanimidade, mantendo-se, integralmente, os termos da sentença condenatória prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes nos autos do processo de nº 0003618-27.2005.8.17.0810.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES, em que figuram como partes as acima indicadas. Acordam, por unanimidade, os Desembargadores componentes da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão ocorrida no dia 317 2014, **JULGAR IMPROCEDENTE** o pleito revisional, tudo de acordo com a ementa e os votos anexos.

Recife, 3 de seth de 2014.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Requerente: José Henrique Manoel da Cunha  
Requerido: Justiça Pública  
Procurador (a): Maria Helena da Fonte  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Órgão Julgador: Seção Criminal

### RELATÓRIO

Cuida-se de Revisão Criminal manejada por **José Henrique Manoel da Cunha** com o escopo de anular a sentença proferida nos autos do processo de nº 0003618-27.2005.8.17.0810 pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, que o condenou à pena final de 12 (doze) anos de reclusão, no regime inicial fechado, e 110 (cento e dez) dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, em razão da prática do delito tipificado no artigo 157, § 3º (primeira parte) c/c art. 61, II, alínea "c", ambos do Código Penal (roubo seguido de lesão corporal agravado pela utilização de recurso que impossibilitou a defesa da vítima).

Consta da peça exordial que a presente Revisão Criminal tem fundamento na prolação de sentença condenatória contrária à evidência dos autos e fundada em depoimentos comprovadamente falsos, nos termos do art. 621, incisos I e II, do Código de Processo Penal (fls. 02/08).

Após o reconhecimento da procedência do presente pleito revisional, com fundamento nas aludidas hipóteses de cabimento, e a consequente anulação da sentença prolatada nos autos da ação penal originária, busca o Requerente a desclassificação do crime de roubo seguido de lesão corporal (artigo 157, § 3º, primeira parte, do Código Penal) para o crime de homicídio tentado (art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal).

Parecer da Procuradoria de Justiça opina no sentido de conhecer e julgar improcedente o presente pedido revisional, tendo em vista que a real pretensão do Requerente é a reanálise da prova produzida nos autos da ação penal originária, bem assim que não restou configurada nenhuma das hipóteses de cabimento da Revisão Criminal, elencadas no art. 621 do Código de Processo Penal.

É o relatório. À revisão.

Recife, 03 de Abril de 2014.

Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Requerente: José Henrique Manoel da Cunha  
Requerido: Justiça Pública  
Procurador (a): Maria Helena da Fonte  
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins  
Órgão Julgador: Seção Criminal

### VOTO

Como relatado, trata-se de Revisão Criminal com o objetivo de anular a sentença prolatada pelo Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, nos autos do processo de nº 0003618-27.2005.8.17.0810, para, em seguida, reconhecer a desclassificação do delito de roubo seguido de lesão corporal (artigo 157, § 3º, primeira parte, c/c art. 61, II, alínea "c", ambos do Código Penal), em razão do qual foi condenado, para o crime de homicídio tentado (art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal), aplicando-se, ainda, a excludente de ilicitude consubstanciada na legítima defesa.

Consoante se depreende dos argumentos deduzidos na peça exordial, o presente pedido de Revisão Criminal se fundamenta, essencialmente, na alegada prolação de sentença contrária à evidência dos autos e na falsidade de prova testemunhal que deu substrato ao *decisum* condenatório, nos termos do art. 621, incisos I e II, do Código de Processo Penal.

De um modo mais específico, afirma o Requerente que teria se configurado a hipótese de cabimento elencada no art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal em razão de estar alegadamente comprovado que ele agiu com *animus necandi* para se defender de uma agressão da vítima, e não com dolo de roubar, considerando que seria impossível ter aquele praticado um roubo contra uma pessoa que conhecia há anos, bem assim que tivesse primeiro agredido o ofendido para, só então, subtrair seus bens.

No tocante à alegação de que a sentença estaria fundada em depoimentos comprovadamente falsos, aduz o Requerente que a vítima estaria mentindo quando afirmou que teve seus bens subtraídos por ele e outro indivíduo também condenado em razão da prática do crime em questão.

Pois bem.

Após análise detida destes autos, observo que, apesar de o presente pleito revisional aludir, em tese, à ocorrência das supramencionadas hipóteses de cabimento (razão pela qual deve ser conhecido), no mérito, busca provimento para o qual é inadequada a via processual eleita, a saber: a reapreciação dos fatos e das provas já exaustivamente analisados por ocasião da ação penal originária.

Por outro lado, também verifico que nenhuma das aludidas hipóteses de cabimento da Revisão Criminal restou configurada, *in concreto*, no caso em apreço.



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

A propósito, quanto à **alegação de contrariedade à evidência dos autos** (art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal), verifico que, em verdade, busca o Requerente a reapreciação dos fatos e das provas produzidas ao longo da ação penal originária, eis que questiona o teor e o valor emprestado a uma das provas que deram substrato à sentença (a saber, o depoimento da vítima), bem assim reafirma a sua versão dos fatos e as provas que alegadamente a sustentariam (*in casu*, os depoimentos das testemunhas Elisandra Rodrigues dos Passos, Anderson Kleiton França e Carlos André de farias, e o depoimento da própria vítima).

E, como dito, tal questionamento, além de já ter sido feito e rebatido por ocasião da Apelação criminal antes interposta pelo Requerente (fls. 137/144), não tem lugar em sede de Revisão Criminal.

Outrossim, ainda no que tange à alegação de contrariedade à evidência dos autos, também verifico que esta hipótese não corresponde, concretamente, ao caso dos autos.

Isso porque, para que a aludida hipótese exista *in concreto*, necessário se faz que a sentença transitada em julgado ofenda **frontalmente** o conjunto probatório constante dos autos, sob pena de se transformar o enfocado remédio excepcional em mero recurso ordinário.

E, consoante se depreende do teor da sentença prolatada na ação penal originária (fls. 14/18), observo que tal hipótese não restou configurada no caso dos autos, eis que o juízo de convencimento acerca da materialidade e da autoria delitiva do Requerente, bem assim da tipificação de sua conduta restou **ampla e devidamente** embasado na prova produzida em contraditório judicial e **livremente** apreciada pelo órgão julgador, em especial, no depoimento da vítima, prestado em sede policial (fl. 102) e judicial (fl. 84 dos autos da ação penal originária).

Nesse ponto, destaco, ainda, que a alegação de que seria impossível ter o Requerente praticado o crime de roubo qualificado pelo resultado de lesão corporal (art. 157, § 3º, primeira parte, do Código Penal) contra a vítima em razão de conhecê-la há muitos anos, é desprovida de qualquer fundamento lógico ou prático.

Isso porque não só em tese é perfeitamente possível que o crime enfocado seja praticado contra uma pessoa conhecida ou mesmo íntima do agente, como também se verifica, corriqueiramente, na vida forense, a prática de crimes desta espécie em detrimento de vítimas com a aludida qualificação.

Por outro lado, também é totalmente infundada a alegação de que seria impossível o enquadramento da conduta do Requerente no crime de roubo seguido de lesão corporal em razão de ter aquele primeiramente agredido o ofendido para só então subtrair seus bens.

Isso porque, a teor do disposto no art. 157, *caput* e parágrafos, do Código Penal, não se exige que, para a configuração do crime de roubo, a violência ou grave ameaça praticadas contra a pessoa sejam perpetradas apenas de modo concomitante ou subsequente à subtração da coisa, sendo,



REVISÃO CRIMINAL Nº 320211-5 – 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

pois, perfeitamente possível que a agressão à vítima seja efetuada antes da subtração, como se deu no caso dos autos.

Assim, inexistente, nestes autos, a hipótese de cabimento e procedência da Revisão Criminal descrita no art. 621, inciso I, do Código de Processo Penal.

Por sua vez, no que tange à **alegação de falsidade comprovada da prova que embasou o decreto condenatório** (art. 621, inciso II, do Código de Processo Penal) – *in casu*, o depoimento da vítima –, verifico, similarmente, que a real pretensão do Requerente é a reanálise da prova produzida ao longo da ação penal originária, pleito este que, como dito, é incabível em sede de Revisão Criminal.

Ademais, ainda no que concerne à referida alegação, nem o Requerente apresentou qualquer prova acerca das falsidades apontadas, limitando-se a suscitá-las, nem foram elas verificadas nos autos da ação penal originária, eis que inexistente, nesses autos, qualquer prova ou indício de que seja falso o teor dos depoimentos prestados pela vítima.

Assim, também não restou configurada, no caso vertente, a hipótese elencada no art. 621, inciso II, do Código de Processo Penal.

Por todo o exposto, voto no sentido de julgar **IMPROCEDENTE** a presente pretensão revisional, para manter integralmente a sentença condenatória impugnada.

É como voto.

  
Des. Roberto Ferreira Lins  
Relator



**SEÇÃO CRIMINAL**

PROCESSO Nº 0012368-42.2013.8.17.0000 (0320211-5)

REVISÃO CRIMINAL

REQUERENTE: JOSÉ HENRIQUE MANOEL DA CUNHA

REQUERIDA: JUSTIÇA PÚBLICA

RELATOR: DES. ROBERTO FERREIRA LINS

REVISOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: MARIA HELENA DA FONTE

**VOTO**

O requerente JOSÉ HENRIQUE MANOEL DA CUNHA foi condenado pelo Juízo da 3ª Câmara Criminal de Jaboatão dos Guararapes nos autos do processo criminal nº 0003618-27.2005.8.17.0810, em razão da prática da conduta descrita no art. 157, § 3º (1ª parte), c/c o art. 61, II, c, do Código Penal. Foi cominada pena de 12 (doze) anos de reclusão, e 110 (cento e dez) dias-multa, com valor unitário de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato.

O pleito contido na presente ação revisional é o de desclassificação da conduta que foi imputada ao requerente para a de homicídio tentado, com a aplicação da excludente de ilicitude da legítima defesa para que, por via de consequência, seja declarada a absolvição.

O tema objeto da ação revisional já foi apreciado pelo Juízo *a quo*, pois o Advogado do recorrente defendeu tese de ocorrência de legítima defesa, tendo o Exmo. Juiz sentenciante, após apreciação da prova, se manifestado nos seguintes termos:

"(...) De qualquer forma, procuram caracterizar que a vítima os havia ameaçado de morte e que agiram em legítima defesa, embora admitam, em seu interrogatório, que PAULO ROBERTO segurou a vítima e JOSÉ HENRIQUE a esfaqueou (fls. 70-73).

Ora, as narrativas dos réus, divergentes entre si em muitos pontos, por si só, é o bastante para afastar a tese da legítima defesa, posto que a vítima, quando imobilizada por uma dos inculpadados, não oferecia ameaça alguma, sendo mesmo assim esfaqueada pelo outro, que só não realizou o intento homicida pela ação de um terceiro que deflagrou tiros de arma de fogo, afugentando-os.

Pois bem, não só não demonstraram que houvessem agido em legítima defesa, como também não lograram qualquer êxito em demonstrar que não subtraíram os bens do ofendido.

Nesse sentido, os depoimentos testemunhais e da vítima, colhidos às fls 81-85, põem-se em inteiro alinhamento com a tese de acusação, máxime quando confrontados com as provas técnicas produzidas e com os depoimentos dos acusados, formando um conjunto suficiente, e harmônico, ao embaso da condenação.

A vítima descreveu, em Juízo, in verbis:

"... recebeu o primeiro golpe desferido por José Henrique que puxou-lhe a bolsa pela frente; que o depoente sentiu dois golpes na cabeça; que reconhece os dois acusados aqui presentes como autores da agressão e subtração ... que o depoente recebeu várias pauladas e golpes de faca, em tudo o que é lugar ... que nunca teve nenhum problema, atrito, com nenhum dos denunciados ... que foi subtraído do depoente uma corrente, uma pulseira, um relógio, a bolsa contendo ferramentas de trabalho dentre elas uma furadeira, a carteira de cédulas, contendo R\$ 35,00 em dinheiro e documentos ... em razão das agressões sofridas, perdeu parte da visão, ficou com seqüelas na voz; que tem muita dor de cabeça, não agüenta trabalhar mais porque focou com seqüelas na perna; que teve cortes na boca e no queixo." (fls. 84).

Como se vê claramente dos depoimentos colhidos na instrução, os réus, que já conheciam a vítima, praticaram o crime, utilizando-se de dissimulação, e, somando suas forças, imobilizaram a mesma, antes de agredi-la quase que fatalmente, dificultando-lhe, ou mesmo, impossibilitando-lhe a defesa, o que impõe a incidência, na espécie, da circunstância agravante prevista no art. 61, II, c, do CP.

Em que pese o esforço dos acusados, de eximir-se de sua responsabilidade pelo fato que lhes é imputado, força é reconhecer que suas versões constituem afirmações isoladas, sem ressonância no contexto probatório, fenecendo, por isso, às alegações dos acusados, a idoneidade e a força necessárias à infirmação das provas e da acusação produzidas nos autos.

Com efeito, os réus JOSÉ HENRIQUE MANOEL DA CUNHA e PAULO ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, por todas as provas e indícios acima considerados, realizaram a conduta descrita no art. 157, § 3º (1ª parte), c/c o art. 61, II, c, do Código Penal.

Assim sendo, por todo o exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente a denúncia, para condenar nas penas do art. 157, § 3º (1ª parte), c/c o art. 61, II, c, do Código Penal, os réus JOSÉ HENRIQUE MANOEL DA CUNHA e PAULO ROBERTO GONÇALVES DE LIMA, todos qualificados nos autos.(...)"

Irresignado com a supratranscrita decisão, o ora requerente aforou apelação criminal e, em 21 de abril de 2001, a Terceira Câmara Criminal desta Corte de



Justiça, à unanimidade de votos, novamente rejeitou a tese de legítima defesa e manteve integralmente a condenação (fl. 148/149).

Como é cediço, a revisão criminal tem por finalidade corrigir excepcionais casos de erros judiciários, onde se busca rever uma decisão já albergada pelo manto da coisa julgada, constituindo-se, pois, em garantia constitucional de proteção ao indivíduo. O art. 621 do CPP estatui as hipóteses que autorizam o aforamento da ação revisional, sendo certo que o rol de possibilidades gizado no referido dispositivo legal é taxativo.

Do exame das alegações deduzidas pela requerente, contudo, verifica-se que o pedido estampado na peça preambular não se encontra contemplado em nenhum dos incisos do citado art. 621, eis que a ação revisional só se presta para revisar processos quando: a) A sentença condenatória contrariar texto expresso da lei ou as evidências dos autos; b) Quando se fundar em depoimentos, exames ou documentos, comprovadamente falsos; e, por fim, c) Quando, após sua prolação, vierem a ser descobertas novas provas que inocentem o réu ou mesmo circunstâncias que determinem ou autorizem a diminuição especial da pena.

A toda evidência, evidencia-se que a requerente busca apenas o reexame do mérito da decisão proferida no primeiro grau e considerada indefectível por esta segunda instância jurisdicional, com o conseqüente revolvimento das provas constantes dos autos. É de se constatar, portanto, que a pretensão da requerente está completamente dissociada do objeto da ação revisional, cujas hipóteses de admissibilidade se constituem em *numerus clausus*.

Como é cediço, a ação revisional não se presta para proporcionar uma nova avaliação do acervo probatório, mormente quando não foi apresentada pela requerente nenhuma prova nova. Assim têm se manifestado nossos Pretórios:

**TACRSP:** "Em sede revisional, cabe ao interessado demonstrar, incontestavelmente, a injustiça da decisão revidenda, não lhe sendo útil para desconstituir a coisa julgada invocar existência de mera dúvida probatória" (RT 686/341).

**TACRSP:** "Na revisão, inverte-se o ônus da prova, tocando ao peticionário o encargo de comprovar suas alegações, de maneira cabal, sabido que o destino constitucional da presente ação é

redimir eventual erro judiciário, ou reparar injustiça, e jamais ser utilizado como segunda apelação ou nova revisão, mas sem ajustar-se à moldura do permissivo legal" (RJDTACRIM 6/252).

O Colendo STJ também se pronunciou no mesmo sentido:

*"A revisão criminal não se presta, quando não apresentada nenhuma prova nova apta a determinar o reexame da condenação, à nova avaliação do conjunto probatório, para revogar o decreto condenatório pela inocência do acusado ou pela insuficiência dos elementos que o fundamentam. Precedentes do STJ". (REsp 763283/SC; RECURSO ESPECIAL 2005/0103906-2; Relatora Ministra LAURITA VAZ; Órgão Julgador QUINTA TURMA; Data do Julgamento 15/12/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 06.02.2006 p. 305)*

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em consonância com o pronunciamento ministerial, **voto pelo indeferimento do pedido de revisão.**

**É COMO VOTO.**

Recife, 3 de fevereiro de 2014.

  
Des. Gustavo Augusto Lima  
Revisor